

METAMORFOSES DO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO: POR UMA NOVA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Carlos PIOVEZANI FILHO

Universidade Estadual Paulista

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma proposta de análise do discurso político, considerando as metamorfoses da "fala" política contemporânea. Para tanto, passaremos rapidamente pela emergência e por alguns desdobramentos da AD no Brasil e na França, tecendo algumas considerações sobre o atual estágio dos trabalhos que tomam o discurso político como objeto, para que, finalmente, possamos, ao ensaiar uma breve análise, sugerir novas tendências para eventuais pesquisas ulteriores.

ABSTRACT

Considering the metamorphoses of the contemporary political speech, this article presents an analysis of the political discourse. In order to do so, we examine the emerging and some concepts of the Discourse Analysis both in Brazil and in France. We also take into consideration the current academic trends that consider the political discourse as a scientific object. Finally, we suggest new themes for further researches.

PALAVRAS-CHAVE

análise do discurso, discurso político, semiologia histórica.

KEYWORDS

discourse analysis, political discourse, historical semiology

1. Introdução

Na história recente dos estudos lingüísticos, no Brasil, há um fenômeno interessante: uma das vertentes mais ativas, reconhecidas e produtivas da Lingüística brasileira contemporânea é aquela que se designa pelo nome de *Análise do Discurso francesa*. Com efeito, o suposto paradoxo que se manifesta no fato de que uma atividade científica brasileira seja qualificada de "francesa" é apenas aparente: "colonização do pensamento", dirão alguns, "simples banalidade", dirão outros. De fato, não se trata propriamente de um paradoxo, mas da emergência de um campo de saber desenvolvido no Brasil, desde os anos 1970, a partir do conjunto de postulados teóricos e metodológicos elaborados e/ou aperfeiçoados pelo filósofo Michel Pêcheux e seu grupo de pesquisa. A "AD francesa" surge, evidentemente, na França, no âmago do movimento estruturalista, sob a forma de uma síntese entre uma certa lingüística, um certo marxismo e uma pitada de psicanálise, tão ao gosto do contexto francês da segunda metade da década de 1960. Seu objeto privilegiado, desde o princípio: o discurso político.

É precisamente sobre alguns desenvolvimentos desse campo disciplinar, tanto na França quanto no Brasil, que pretendemos refletir. Com base nessa reflexão, tentaremos esboçar possíveis deslocamentos teórico-metodológicos da análise do discurso político e propor algumas possibilidades de pesquisa, considerando as modificações e as

complexificações da "fala" política contemporânea: transformações do conteúdo, da expressão e da circulação. Para tanto, erigiremos algumas considerações sobre o atual estágio das análises que tomam o discurso político como objeto, para que, em seguida, possamos, ao ensaiar uma breve análise, sugerir alguns caminhos produtivos para eventuais estudos posteriores.

Fundamentamos nosso trabalho na hipótese, bastante cara à AD, de que a produção e a interpretação dos sentidos instauram-se como encarnação do discurso na história. Acreditamos que seja necessário, com vistas a melhor interpretar os mecanismos de construção dos sentidos, /113 considerar simultaneamente a constituição histórica do discurso, sua formulação semiológica - sob a forma de gêneros, enunciados, fórmulas, imagens e sintagmas - e sua materialização num *medium*. É preciso ainda sublinhar que, segundo cremos, uma análise dessa envergadura poderá dar resultados mais produtivos se houver uma "síntese" dos avanços teóricos e analíticos obtidos diferentemente no Brasil e na França, quando se trata de focalizar, indissociavelmente, essas três dimensões supramencionadas.

2. Perspectivas de análise do discurso político

Nosso posicionamento compartilha o ponto de vista segundo o qual para se pensar as transformações epistemológicas da AD,¹ para depreender sua evolução histórica, é preciso considerar tentamente as renovações propostas pelo próprio Michel Pêcheux² e seu grupo, de modo que possamos seguir com os desdobramentos ulteriores, sejam eles franceses ou brasileiros. Nos seus últimos textos, Michel Pêcheux

fala das mudanças do discurso político, reiterando que esse campo discursivo estava, já naquele período, amplamente midiaticizado. A "língua de madeira" (dura e hermética) havia se transformado em "língua de vento" (flexível, cotidiana, mas quase nada referencial), e as eleições pareciam cada vez mais manifestações esportivas transmitidas pela mídia.³ As modificações do objeto de análise já haviam imposto transformações teóricas e metodológicas: já era o tempo da "heterogeneidade", da busca por novas vias, distanciando-se de uma vulgata do marxismo althusseriano, de novas "materialidades discursivas", da emergência das noções de *memória discursiva*, de *acontecimento discursivo* etc. Mas, apesar das sugestões de Pêcheux, ainda não era chegado o tempo de considerar, de fato, o discurso político no tempo das mídias.

É a partir daí que J.-J. Courtine, depois de ter trabalhado, no Inal dos anos 1970/começo dos anos 1980, sobre um *corpus* de discurso político escrito - o discurso comunista endereçado aos cristãos -, conforme se fazia tradicionalmente em AD (COURTINE, 1981),⁴ vai deslocar seu enfoque teórico e alterar consideravelmente seus procedimentos analíticos /114 em direção às perspectivas históricas e antropológicas, sem negligenciar os avanços tecnológicos dos *media*; ele postulará igualmente que "fazer análise do discurso é aprender a deslinearizar o texto para restituir, sob a superfície lisa das palavras, a profundidade complexa dos índices de um passado" (COURTINE, 1989: 37). Além disso, Courtine afirma que não é possível fazer a mesma AD quando se trata de analisar o discurso político tradicional escrito, ou pronunciado numa tribuna, e quando se trata de considerar o discurso político

transmitido pela televisão, no qual, em consonância e/ou em dissonância com a linguagem verbal, o corpo, as imagens e a tela participam da produção dos sentidos.

No Brasil, ainda sem ter realizado um recenseamento suficientemente exaustivo, acreditamos que os trabalhos mais sólidos e mais relevantes sobre o discurso político debruçaram-se sobre *corpora* escritos ou orais que foram transcritos. É preciso mencionar, entre esses estudos, as análises de Haqira Osakabe, *Argumentação e Discurso Político* (1979), de Eni Orlandi, *A Linguagem e seu funcionamento* (1987), e de José Luiz Fiorin, *O regime de 1964: discurso e ideologia* (1988; numa conjunção entre alguns fundamentos da AD e uma forte base de semiótica greimasiana); mais recentemente, destacam-se os trabalhos de Freda Indursky, *A fala dos quartéis e outras vozes* (1997), e de Mônica Zoppi-Fontana, *Cidadãos Modernos. Discurso e representação política* (1997). Embora a pertinência analítica e histórica desses estudos seja incontestável, existe ainda, segundo cremos, uma imperiosa necessidade de alargar o domínio dos objetos de análise pertinentes.

Na França, seguindo o percurso de publicação da revista *Mots. Les langages du politique* - referência fundamental para uma reflexão como a nossa - ao longo das duas últimas décadas, constata-se claramente uma inflexão quanto aos objetos e aos enfoques concernentes ao discurso político, de modo que se passou a considerar o paradigma midiático, desde então. Pensamos, particularmente, nos números 20 ("La politique à la télévision", 1989), 40 ("Écoutes, échos du politique", 1994) e 67 ("La politique à l'écran: l'échec?", 2001), consagrados às relações entre a /115 política e as mídias e/ou aos suportes midiáticos, que, de certo

modo e com algumas lacunas, ultrapassam a tendência lexicométrica (estatística sobre o vocabulário e posterior interpretação) predominante nos números anteriores. Entretanto, algumas das recentes obras sobre o discurso político, como por exemplo *Le discours politique: les masques du pouvoir*,

de Patrick Charaudeau (2005), não contemplam a dimensão histórica de longa duração, ignoram alguns dos traços antropológicos da fala política e, sobretudo, deixam de lado, ou, ao menos, minimizam a relevância dos *media* que participam amplamente da realização do discurso político contemporâneos. No contexto francês, não poderíamos negligenciar ainda a efervescência dos trabalhos lexicométricos de Damon Mayaffre (2000; 2004) que, justificadamente, suscitam menos entusiasmo do que reticências e críticas.

3. No discurso político contemporâneo: uma silhueta, um rosto e uma voz

Evidentemente, as condições de produção do discurso e, por conseqüência, do discurso político contemporâneo, englobam um grande número de razões, causas e fatores que constroem, arcam e caracterizam o discurso: assim, encontram-se indissociavelmente relacionados as razões antropológicas e históricas próprias à sua constituição, as causas conjunturais que condicionam sua formulação simbólica, manifesta em gêneros do discurso, nunciados, fórmulas, imagens e sintagmas, e os fatores materiais que regulam sua circulação. Todavia, é possível acentuar (certamente, não de modo exclusivo) um desses âmbitos, conforme

tentamos fazê-la aqui, destacando a instância de transmissão dos discursos, ou seja, os *media*.

O deslocamento do discurso político da tribuna para a televisão sinala a inversão de um paradoxo: no palanque, o orador político tradicional está, como o descreve Courtine (1989), sob a proximidade do olhar da multidão que assiste à *performance*, de modo que o conjunto dos ouvintes /116 instaure com o político uma relação fundada sobre uma "distância próxima"; inversamente, na televisão, o político está submetido a um "olhar aproximado" do telespectador-eleitor, que, de certa maneira, não está lá, ainda que esteja. Numa palavra, trata-se de uma relação de "proximidade distante" (COURTINE, 1989: 72-73). Com efeito, as inovações tecnológicas, em conjunto com uma série de transformações históricas de diferentes durações, parecem ter contribuído para o advento de mudanças bastante significativas nas práticas de produção e de interpretação dos discursos políticos.

Essa "proximidade distante" corresponde a uma "distância de intimidade" na qual o telespectador é instalado e a qual caracteriza a linguagem televisual. Se os contatos face a face das interações de terreno promovidas pelo discurso político no palanque consistem num encontro "real" do ator político com um auditório, na televisão, esse encontro é produzido sob a forma de uma "ilusão". Entretanto, ao mesmo tempo em que o dispositivo midiático impede, pelas propriedades de seu funcionamento, a assimilação do corpo "real" da percepção

5

⁶, ele proporciona a produção de efeitos de real, sobretudo graças à

sua capacidade de associar a imagem ao movimento e ao som.

O corpo político/do político na tevê é, portanto, uma imagem procedente de parâmetros técnicos visuais, das escolhas de *mise en image* efetivadas pela instância de realização, e do investimento antropológico e histórico que lhes são atribuídos: escalas dos planos, ângulos, enquadramentos, movimentos de câmera etc. Trata-se, enfim, de *uma silhueta*, cujos gestos e movimentos foram suavizados e controlados, na conjunção de um processo histórico de longa duração e da emergência de novas tecnologias. Além disso, uma vez considerada a predileção televisiva pelos planos aproximados; e seguindo as distintas, mas complementares, sugestões de Courtine (1989; 2003; 2004) e de Coulomb-Gully (2001), podemos dizer que o corpo político é antes de tudo *um rosto*: enquanto, no começo dos anos 1980, o então candidato à presidência da França, François Mitterrand, limava seus caninos superiores, em 2002, o presidente Lula, também ele então candidato, não somente **/117** limou os dentes, mas ainda cortou os cabelos e aparou consideravelmente a barba.

Uma silhueta e um rosto, sem dúvida; mas não só ... Considerando que a televisão é um *medium áudio-visual*, o político é também *uma voz*. Amiúde, uma escrita-falada (com uma série de efeitos que daí advém, cujo começo ou limite é a oposição entre a "viva voz" e a "letra morta" A passagem dos gestos largos do orador político na tribuna aos menciões expressivos, mas rigorosamente controlados, na televisão, corresponde às transformações da voz: *pulmonar*, quando se materializava por meio das cordas vocais, ela passa a ser *amplificada*, com a invenção do microfone, e, posteriormente, *capturada* e *transmitida*, no rádio e na tevê.

Uma das conseqüências desses avanços técnicos é que a gravação da imagem e do som abriu a possibilidade de um olhar sobre si e de uma escuta de si, e, por conseguinte, de uma autocorreção.

Em nossos dias, a voz foi suavizada paulatina e poogressivamente, diferentemente dos tempos em que a bela voz de Ésquines era ouvida e admirada nas assembléias gregas; do período no qual Dom Pedro I teria, num amplo gesto, levantado a espada ou o chapéu (conforme as variações na história e na iconografia), e gritado, de viva voz e a plenos pulmões, o tão célebre "Independência ou morte"; da época, enfim, em que Lamartine podia, sem microfone, se fazer ouvir pela multidão e apassar a fúria dessa massa que cercava o *Hôtel de Ville*. A intensidade vocal se abrandou, os tons e a curva melódica foram amainados. O aspecto tonitruante de algumas vozes do cinema e da televisão praticamente desapareceu, e as falas dos homens políticos seguiram por caminho análogo, quando de sua adaptação à linguagem audiovisual.

Seguindo a via aberta pelos postulados, tão interessantes quanto controversos, de Denis Dasse"⁷, Coulomb-Gully avança a seguinte hipótese:

Lembremos que a televisão se caracteriza por ums forma de escuta provavelmente menos atenta às palavras pronunciadas e à sua /118 significação que aos sons. Mais que verbocêntrica, a televisão é *vococêntrica*. Além ou, antes, aquém da significação do que é dito, percebemos a voz na sua materialidade: a carne da voz sob o sentido das palavras. (2001: 103-104)

Diferenças de espaço e tempo, diferenças do verbo, do corpo e da

voz. Reconfigurações do objeto privilegiado de uma disciplina ue nasceu analisando-o e que, no entanto, nem sempre considerou suas metamorfoses capitais. Por essa, razão, apostamos na viabilidade de um enfoque que integre à AD fundamentos da História Cultural e da Antropologia Histórica, ao qual, na esteira de Courtine (1989), designamos de *semiologia histórica* do discurso político contemporâneo. Talvez fosse interessante reler, à luz da teoria discursiva, os preceitos da Retórica Clássica que comportava, sem quase nunca dissociá-las, a *inventio*, a *dispositio*, a *locutio*, a *actio* e a *memoria*. Assim, seria possível contemplar não apenas a história e a memória dos discursos e sua formulação, mas também sua transmissão e circulação. Noutros termos, é preciso não esquecer que, diferentemente dos anjos que transmitem a palavra de Deus sem nenhum desvio, sem nenhuma alteração, a infidelidade involuntária, porque constitutiva, de Hermes não é sem efeito sobre os efeitos de sentido.

3. Ensaio de um exercício analítico e considerações finais

Constantemente submetido a desconfianças, denúncias e acusações, visto que a origem de sua força é também o princípio de sua debilidade, visto que suas *fides* e *auctoritas* advêm de onde brotam dúvidas e dívidas, o campo político caracteriza-se por uma incessante busca de credibilidade e legitimidade. O capital simbólico no universo político consiste numa espécie de crédito fundamentado na crença e no reconhecimento e, por essa mesma razão, torna-se facilmente suscetível às suspeitas e aos escândalos.

Ora, considerando que, na contemporaneidade, é preciso legitimar

não somente as instituições do campo político, mas também a função desempenhada ou a ser cumprida e, cada vez mais, a ocupação pessoal do /119 cargo exercido ou a ser assumido, observamos uma intensificação dos procedimentos de legitimação. Se, explícita ou implicitamente, esses procedimentos estendem-se a toda classe política ou, ao menos, aos papéis públicos exercidos por aqueles que foram eleitos pelo sufrágio niversal, eles não se limitam a essa classe e a esses papéis. Com o advento de uma certa "personalização" da política, estabelece-se, um alguma medida, um apagamento das rivalidades público-institucionais, em proveito dos confrontos entre "personalidades"; o privado e pessoal, amiúde, rivaliza com o público e político.

Enquanto a justificação de um campo, de um seu segmento ou, ainda, de uma função pública eletiva emerge, sob a forma de um "nós" ou da impessoalidade de uma instituição ("Nós, políticos eleitos pelo povo"; "Nós, da esquerda/direita ..."; "Nós, candidatos a deputado pelo Pxx..."; "O governo do Estado..."; "Nossa prefeitura..." etc., etc.) que se apóiam no Estado, no regime de governo, no escrutínio ou numa pesquisa, numa ideologia e/ou na notoriedade midiática, a confiança e, até mesmo, a legitimação do titular ou do candidato a titular de um cargo político pode manifestar-se como um "eu" que se fundamenta na autenticidade da pessoa e na verdade de seu *ego* profundo. A conjunção desses dois modos complementares de confiança e legitimação exige, seja na conquista seja na manutenção do poder, a adoção de medidas que visam tanto a afirmar a fundamentação das pretensões em ocupar seus postos e exercer suas funções, quanto a empreender urna boa "produção" e apresentação de SI

Fabricar e expor o "eu", na política contemporânea, são ações que apontam para o deslocamento relativo da fonte de credibilidade e legitimidade; de algum modo, passa-se da função pública aos atributos pessoais: "sinceridade", "honestidade", "simplicidade", "generosidade" são elevadas à condição de valores essenciais daqueles que exercem ou que estão destinados a exercer cargos públicos. Com efeito, a legitimidade da instância e da classe política não é exclusivamente endógena. Em consonância com o discurso dos políticos estão tanto a arquitetura amiúde /120 imponente dos lugares de poder e os rituais e protocolos das ações e decisões políticas quanto uma série de discursos sobre os políticos: no discurso escolar, a instauração e a difusão da crença nos "vultos notáveis", nos "grandes homens" da política regional, nacional ou mundial; no discurso midiático, a denúncia de suas fraquezas, mas também a reiteração de suas forças mediante a ampla divulgação de seus atos e deliberações; no discurso social, ONGs e movimentos sociais ratificam os poderes políticos quando, ao revelarem suas faltas, atestam também sua potência de realização; e no discurso jurídico, por meio do qual o poder político fundamenta legalmente sua existência.

Apesar da legitimidade de alhures, as críticas infligidas ao discurso político são quase tão antigas quanto os diversos gêneros de discursos políticos que já atravessaram a história. O discurso político parece sempre ter carregado a pecha de mentiroso. Uma das razões desse estigma é o contraste entre o que se fala e o que se faz no âmbito da política. Diante desse descrédito sofrido pelo discurso político, quando confrontado à eficiência de uma ação efetiva, que poderia ser sintetizado

numa seqüência bastante corriqueira como "Esses políticos só **falam**, mas não **fazem** nada!", uma das estratégias mais freqüentes de seu enunciador é a de antecipar-se ao preconceito que lhe ronda, tentando construir para si um *ethos* de competência e realização. Podemos observar um exemplo desse estratagema discursivo na campanha de José Serra à Presidência da República, em 2002. Numa passagem de seu programa, na última semana do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, depois de uma intervenção do próprio candidato, na qual ele diz: "Pra governar bem o Brasil, é preciso governar junto com os municípios. Só assim, chegaremos até você. Esta convicção **não é discurso não**; é o que eu **sempre fiz** na vida pública [...]", e do depoimento elogioso de Cirilo Pimenta, então prefeito de Quixeramobim (CE), sobre a atuação de José Serra no tocante à descentralização dos serviços e recursos federais, surgem aos nossos olhos e chegam aos nossos ouvidos os seguintes enunciados:

Serra disse que ia lutar pelas prefeituras.

DITO E **FEITO**

(sempre seguido da narração, composta pela elocução verbal do locutor da campanha, acompanhada invariavelmente de fundo imagético e musical, que relata as supostas realizações do candidato, quando ele era Ministro do Planejamento ou Ministro da Saúde)

Serra disse que ia ampliar o Programa Saúde da Família.

DITO E **FEITO**

Serra disse que ia cuidar das pequenas cidades.

DITO E FEITO

Serra disse que ia lutar pelos mais necessitados.

DITO E FEITO

Serra disse que ia melhorar as condições de higiene das pessoas.

DITO E FEITO

Serra disse que ia investir em esgoto sanitário.

DITO E FEITO

A seqüência do programa apresenta o depoimento do prefeito de Coxim (MS), seguido de uma breve intervenção da apresentadora da campanha e de uma fala do próprio candidato, que insistem no conhecimento e na experiência de José Serra. Em seu conjunto (depoimento + série "Serra disse ... DITO E FEITO" + depoimento + intervenção da apresentadora + fala de Serra), essa passagem produz o efeito de um candidato que, já dotado de um saber-fazer e de um poder-fazer "comprovados", apenas precisa da legalidade oriunda do resultado das urnas para assumir a função pública pleiteada e, uma vez mais, fazer o que disse. Aqui se trata, portanto, de pressupor e apresentar uma capacidade, com vistas a conquistar e a exercer um direito: respectivamente, credibilidade e legitimidade. /122

Com efeito, o tema da descentralização do poder federal e do fortalecimento dos municípios atravessa todo o programa de José Serra do dia 23 de outubro de 2002, sempre recoberto por efeitos de verdade.

Dentre as várias passagens do programa que atestam as realizações do candidato no que concerne a esse tema, destaquemos dois tipos de intervenções que são ali apresentadas. Nossa escolha não é aleatória: essas falas aludem, tanto em seu conteúdo quanto em sua expressão, ao recrudescimento da municipalização pretensamente já empreendido e a ser intensificado pelo candidato; ou seja, os dizeres não apenas ternatizam a descentralização do poder federal, mas também a testemunham pela sua própria "substância da expressão" (no sentido de Hjelmlev). Por um lado, temos o conjunto formado pelos depoimentos de prefeitos de seis diferentes cidades brasileiras; por outro, observamos o grupo composto pelas breves manifestações de pessoas "comuns", representantes da diversidade étnico-geográfica, lingüística e cultural do país.

Ressaltemos, primeiramente, algumas diferenças entre esses dois tipos de intervenções, para que, em seguida, sublinhemos suas afinidades. Enquanto os depoimentos dos prefeitos são proporcionalmente extensos e se caracterizam pela desenvoltura e postura que são próprias dos políticos profissionais e pelo cenário "indiferenciado" - composto por uma espécie de metonímia imagética da bandeira brasileira, na qual se encontra a inscrição "José SERRA, Presidente", logo acima de três estrelas, e onde se situa o tradicional "Ordem e Progresso" -, as falas das pessoas "comuns" são marcadas por sua concisão e pela especificidade das paisagens que as circundam. No que respeita às analogias entre essas declarações, além dos efeitos de espontaneidade (que se intensificam à medida que se vai do depoimento do político profissional à fala do cidadão "comum"), sublinhamos a harmonia da "voz" e a dissonância

das vozes. Por "harmonia da voz", entendemos o uníssono de "fundo", o efeito de paráfrase no conteúdo das diferentes intervenções; é como se todos dissessem "a mesma coisa", ou seja, "José Serra fez muito pelo fortalecimento dos municípios".

Tenta-se corroborar esse conteúdo por meio da substância fônica das manifestações, das marcas identitárias⁸ contidas nas diferentes pronúncias /123 que materializam o discurso, sob a forma de uma "dissonância das vozes. No programa de José Serra, além de algumas particularidades lexicais, os diferentes sotaques expressos nos depoimentos dos prefeitos [de Suzano (SP), Terezina (PI), Coxim (MS), Boa Vista (RR), Paraty (RJ) e Registro (SP)] e nas falas "populares" [na voz da "gente do povo" de Carazinho (RS), Ananindeua (PA), Monteiro (PB), Saudade do Iguaçu (PR), Recife (PE), São Sebastião (DF), Promissão (SP), São José da Tapera (AL) e Anápolis (CO)] ratificam a onipresença da atuação do candidato e têm sua singularidade regional reforçada à medida que se contrastam com a pronúncia "padrão", uma espécie de "grau zero" da ortoepia, das intervenções do locutor do programa, que os intermedeiam, e da fala de Serra, que os segue imediatamente.

O "justo meio", aliás, não se manifesta somente na neutralidade" da prosódia do candidato, mas no conjunto de sua apresentação midiática. É preciso não agredir os ouvidos nem desagradar os olhos. A limpidez e a exata articulação da voz de Serra se coadunam perfeitamente com a sobriedade de seu paletó escuro, sobreposto à camisa branca e à gravata de listras comportadas, com a postura equilibrada entre o entusiasmo e a reserva, atravessada pela expressividade pontual dos gestos e pela precisa

insistência do olhar. A eloqüência bem medida de seu corpo reitera a "verdade" de suas declarações: "Esta convicção não é discurso não; é o que eu sempre fiz na vida pública [..].". Seu rosto, na proximidade da tela, torna-se uma via privilegiada para a sinceridade de sua alma, enquanto sua voz, captada e transmitida pela caixa de ressonância, se apresenta como um sopro puro e límpido oriundo de um interior pretensamente muito bem-intencionado.

Uma vez encerrado nosso breve exercício analítico, gostaríamos de finalizar nosso texto reiterando uma evidência incontornável: a emergência de novos objetos impõe a adoção de novas perspectivas de pesquisa. A simplicidade desse princípio, feliz ou infelizmente, vem acompanhada pela dificuldade de sua aplicação: "mais il est souvent plus aisé de découvrir une vérité que de lui assigner la place qui lui revient." (SAUSSURE, /124 1995: 100). Cientes da dificuldade de nossa empreitada e da impossibilidade de realizá-la sem o auxílio de outrem, o trabalho que ora apresentamos não consiste num modelo a ser adotado, antes, trata-se de um convite para seguirmos por um caminho já delineado, ainda instável, mas, certamente, não sem importância.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005 (tradução brasileira: *O discurso político: as máscaras do poder*. São Paulo, Contexto, 2006).

COULOMB-GULLY, Marlene. *La démocratie mise en scènes: télévision et élections*. Paris: CNRS Éditions, 2001.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, Larousse, n. 62, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques. *Corps et discours: éléments d'histoire des pratiques langagières et expressives*. "These d'État, Paris, Université de Paris X-Nanterre, 1989.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário V (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. A estranha memória da análise do discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). *Michel Pêcheux análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 25-32.

DASSE, Denis. *L'ombilic et la voix: deux enfats en analyse*. Paris: Seuil, 1974.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris: Éditions de Minuit, 1986.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La langue introuvable*. Paris:

Plon, 1981 (tradução brasileira: *A Língua inatingível: o discurso na história da Linguística*. Campinas, Pontes, 2004).

GREGOLIN, Maria do Rosário V *Foucault e Pêcheux*. diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

GUILHAUMOU, Jacques. Ou va l'Analyse du discours? Autour de la notion de formation discursive. *Revue Texto!*. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/inedits/Guilhaumou_AD.html, 2004. >

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: Hucitec/ Editora da Unicamp, 1997.

MAYAFFRE, Damon. *Le poids des mots: le discours de gauche et de droite dans l'entre-deux-guerres*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2000.

MAYAFFRE, Damon. *Paroles de président: Jacques Chirac (1995-2003) et le discours présidentiel sous la V République*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2004.

MALDIDIER, Denise. *L'inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE. *La Politique à la Télévision*, Paris, Presses de SciencesPo, n. 20, 1989.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE. *Écoutes, Échos du Politique*, Paris, Presses de SciencesPo, n. 40, 1994.

MOTS/LES LANGAGES DU POLITIQUE. *La Politique à l'écran: l'échec?*, Lyon, ENS Éditions, n. 67, 2001.

ORLANDI, Eni. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins

Fontes, 1979.

PÊCHEUX, Michel. Délimitations, retournements et déplacements. *L'homme et la société*, Paris, n. 63-64, p. 53-69, 1982 (tradução brasileira: "Delimitações, Inversões, Deslocamentos". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, 1990).

PÊCHEUX, M. O *discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas:

Pontes, 1997.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. V. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.

PIOVEZANI FILHO, Carlos. Du discours politique sur l'écran: pour une analyse du discours sous le patronage d'Hermès. (comunicação apresentada no Colóquio *Technologies du langage: vers la société du savoir*, UNESCO, Paris, 2005).

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot & Rivages, 1995 (tradução brasileira: *Curso de lingüística geral*, 22. ed. São Paulo, Cultrix, 2000). / 128

SCHERER, Arnanda E. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. In: MARIANI, B. (Org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 13-20.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Notas

¹ Na esteira, por exemplo, dos trabalhos críticos de J.-J. Courtine (2005) e de J. Guilhaumou (2004).

² Nesse sentido, o livro de Denise Maldidier, *L'inquiétude du discours* (1990; tradução brasileira: *A inquietação do discurso*. Campinas, Pontes, 2003), é fundamental tanto por sua apresentação do percurso de Michel Pêcheux ("(Re) ler Michel Pêcheux hoje"), que, certamente, confunde-se com o trajeto da própria AD, até a sua morte, quanto pela reunião de textos importantes, e, por vezes, mesmo inéditos do filósofo francês.

³ GADET, François; PÊCHEUX, Michel. *La Langue introuvable*. Paris: Plon, 1981 (tradução brasileira: *A Língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes, 2004; PÊCHEUX, Michel. Délimitations, retournements et déplacements. *L'homme et la société*, Paris, n. 63-64, P: 53-69, 1982 (tradução brasileira: "Delimitações, Inversões, Deslocamentos". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, Campinas, 1990); e PÊCHEUX, M. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

⁴ Trata-se da tese de doutorado em lingüística que J.-J. Courtine defendeu em 1980, cuja banca foi composta por M. Arrivé orientador), J. Dubois, M.-F. Mortureux e pelo próprio M. Pêcheux. Este último, na ocasião da publicação da tese de Courtine, na revista *Langages*, em junho de 1981, escreveu um prefácio que é uma espécie de manifesto de uma "nova época" da AD, aberta, segundo ele, pelo trabalho de Courtine.

⁵ De fato, a obra de P. Charaudeau, que não se inscreve exatamente na filiação da AD do grupo de Pêcheux, tem o mérito de evidenciar a interdependência entre as instâncias políticas, cidadãs e midiáticas, conferindo uma grande importância às mídias. Ora, ao invés das mídias, como lugar insitucional absolutamente influente no universo político, conforme nós mesmos já o ressaltamos (PIOVEZANI FILHO, 2003), queremos enfatizar, aqui, o papel dos suportes /125 midiáticos ou *medias*, pelos quais os discursos constroem sua substância concreta. Sobre esse aspecto, o trabalho de Marlene

Coulomb-Gully (2001) é uma exceção, ainda que essa obra seja relativamente frágil quanto à sua abordagem da constituição -histórica e da formulação lingüística do discurso. Mesmo assim, nossa reflexão é tributária desse estudo e, sobretudo, das reflexões desenvolvidas por Courtine (1989; 2003).

⁶ Não queremos aqui entrar na querela milenar que remonta dos "estruturalismos *versus* fenomenologias", dos prelúdios do século XX até hoje, aos "nominalistas *versus* realistas", da Idade Média, ou, ainda, aos partidários do "inteligível" ou do "sensível", da Antigüidade Clássica; apenas gostaríamos de ressaltar o fato de que, nesse caso, se trata da reprodução, mesmo que "ao vivo" da imagem do político, e não de sua presença "em carne e osso".

⁷ "A voz de nosso interlocutor nos fala mais que seu discurso." (Dasse, 1974: 183).

⁸ Ou, nos termos da professora Amanda Scherer (2006), "marcas discursivas de identificação". Apesar de algumas diferenças de perspectiva [enquanto ela reflete principalmente sobre o que chamaríamos de "espaço político-regional da pronúncia", privilegamos (cf PIOVEZANI FILHO, 2005) o tempo técnico-histórico da voz"...], seu trabalho foi fundamental para que concebêssemos alguns dos pontos que esboçamos aqui.